

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 2015



Cooperfarms

Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia

APRESENTAÇÃO

SENHORES (AS) COOPERADOS (AS), Cumprindo as determinações legais e estatutárias, o Conselho de Administração da COOPERFARMS – Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia, submetem à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, o Relatório da Administração do Exercício de 2015, Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Este relatório além das demonstrações contábeis visa analisar o cenário econômico e político que de certa forma interferem nas atividades da cooperativa, os riscos que podem afetar a cooperativa, abordar também a questão climática vivenciada no oeste baiano neste ano além de outros aspectos que não são evidenciados nas demonstrações contábeis porém possuem influência no resultado da cooperativa.

NOSSA COOPERATIVA

COOPERFARMS – Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia;

Nome Fantasia: COOPERFARMS;

Endereço: Av. Luís Eduardo Magalhães, 2391 – Bairro Jardim das Acácias 3ª Etapa – Luís Eduardo Magalhães – BA – CEP 47.850-000;

Fone: 77-3639-3900;

Site: www.cooperfarms.com.br

Data de Fundação: 18/08/2008

CNPJ: 10.333.574/0001-35

NIRE: 29400035884

Inscrição Estadual: 78.505.685

Inscrição Municipal: 358208

Inscrição OCEB: 773

MISSÃO

Buscar a competitividade e a sustentabilidade dentro do agronegócio, utilizando-se de atos cooperativos e atitudes profissionais.

VISÃO

Ser reconhecida pela excelência e competência na prestação de serviços aos cooperados e pelo profissionalismo nos relacionamentos comerciais.

VALORES

1. O COOPERADO COMO RAZÃO DE SER

A Cooperfarms tem como filosofia de trabalho que todas as ações da cooperativa devem ser voltadas a satisfação plena dos seus cooperados.

2. AUTOMOTIVAÇÃO, ENTUSIASMO, DINAMISMO, EFICÁCIA

A Cooperfarms acredita nesses fatores como princípios primordiais para desenvolver e fomentar a cultura cooperativista entre seus cooperados.

3. VALORIZAÇÃO DOS SERES HUMANOS

A Cooperfarms incentiva o desenvolvimento profissional e educação empresarial de seus colaboradores, visando a empregabilidade, priorizando o seu aproveitamento em projetos de expansão da cooperativa.

4. TRABALHO EM EQUIPES COM A ADMINISTRAÇÃO PARTICIPATIVA

A Cooperfarms tem como princípio o trabalho em equipe como forma de buscar competitividade dentro dos melhores padrões do mercado globalizado.

5. ORDEM, DISCIPLINA E ÉTICA

A Cooperfarms tem como princípio: a ordem, a higiene pessoal e dos ambientes, o cumprimento rígido de horários, o respeito mútuo, o seguimento das normas, regulamentos de pessoal, normas de postura profissional, controles internos, uso de informática; devendo todas as ações serem pautadas pela autenticidade e pela ética.

6. TRANSPARÊNCIA E FIDELIDADE

Transmitir ao cooperado com clareza todas as informações e cumprir com fidelidade os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis ao negócio contratado.

7. HONESTIDADE, LEALDADE E JUSTIÇA

A Cooperfarms defende o princípio de que cada funcionário deve ser honesto, leal, fiel e justo com a cooperativa, colegas, cooperados, fornecedores e consigo mesmo.

8. SUSTENTABILIDADE

A Cooperfarms busca a qualidade constante de seus produtos e serviços para atender as necessidades de seus Cooperados e Fornecedores.

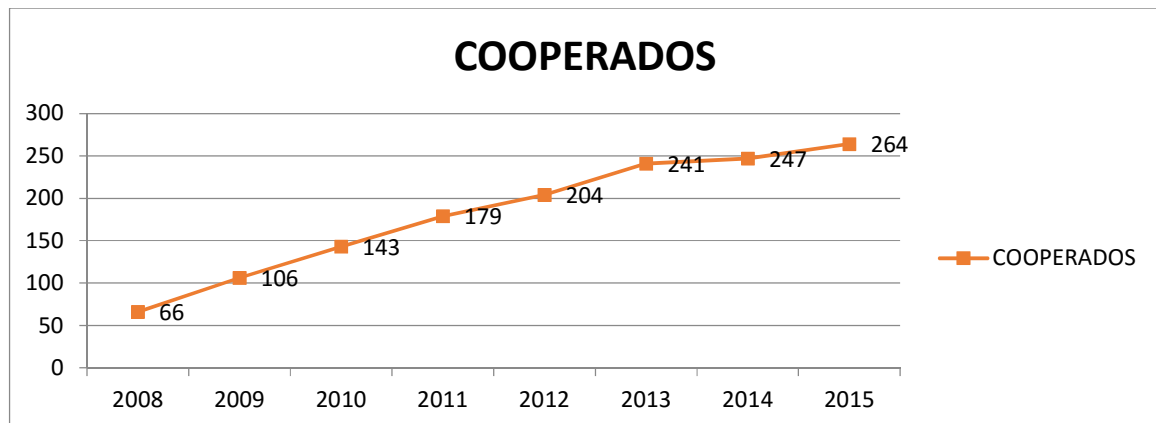
9. CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

A Cooperfarms é uma cooperativa que investe constantemente no seu crescimento e desenvolvimento prezando pelo maior bem da cooperativa, que são seus cooperados.

10. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Cooperfarms preza pela qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente através do desenvolvimento de programas de responsabilidade social.

EVOLUÇÃO DO QUADRO SOCIAL



Conselho de Administração Mandato 2014-2015

Presidente: Luiz Antonio Pradella	2º Tesoureiro: Marcelo Leomar Kappes
Vice-Presidente: Celestino Zanella	Secretário: Arlei José Machado de Freitas
Tesoureiro: Francisco Klein	2º Secretário: Rony Reimann

Conselho Fiscal Mandato 2015

Titulares:	Suplentes:
Rudelvi Senair Bombarda	Carlos Alberto Moresco
Celito Eduardo Breda	Horácio Suji Hasegawa
Felipe Davi Schwengber	Genes Ceppo

Corpo Administrativo e Funcional da Cooperativa

Gerencia Administrativa: André de Oliveira
Pedidos Defensivos e Logística: Daiane Souza Matias
Auxiliar de Pedidos e Logística: Tício Alcântara de Oliveira
Financeiro e Faturamento: Graziela Cibebe B. Kowalski
Analista Contábil: Franciele Paula Magni
Atendimento: Maysa Rocha das Neves
Serviços Gerais: Rosinete Dias de Alcântara
Encarregado Armazém: Jonatas Jeovan Miotti
Auxiliar Adm. Armazém: Ana Paula Biasão Cavalcanti
Auxiliar de Estoque: Emerson Andrade de Oliveira
Operador de Empilhadeira: Rubem Marques da Silva
Responsável Técnico: Rodrigo Faria de Gouveia
Assistente Técnico: José Carlos Raimundo Junior
Assistente Técnico: Gabriel Augusto Manchini
Assistente Técnico: Vinicius Leonço Pianaro
Assistente Técnico: Clair Kassio Lamberty Cruvinel

Corpo Executivo e Funcional terceirizado para a Negócios Agrícolas

Diretor: Carlos Roberto Meurer
Diretor: Celito Eduardo Breda
Diretor: Odair José de Aguiar
Hilton Lino da Silva - Corretor de Commodities
Paulo Eduardo Pereira - Corretor de Commodities
Maira Cristina Basso - Financeiro Negócios Agrícolas

Aos Cooperados

O ano de 2015 representou uma importante mudança no patamar da cooperativa, saímos de uma sede basicamente administrativa para uma sede mais ampla, oferecendo uma estrutura mais aconchegante ao cooperado, disponibilizando espaço para a armazenagem de defensivos, um antigo problema enfrentado pelos cooperados, espaço para cursos e treinamentos, bem como um espaço para recreação com quiosque e campo de futebol para a integração dos cooperados.

No cenário nacional o ano foi marcado por uma grave crise política, que levou a uma crescente considerável da inflação e uma forte valorização da moeda americana perante a moeda brasileira, desencadeando uma resseção no mercado nacional. Dentre os setores da economia brasileira o único que tem demonstrado crescimento é o agrícola, porém essa valorização da moeda americana impactou diretamente no aumento dos custos ao produtor rural e uma redução natural nas linhas de crédito, visto que o crédito é baseado na moeda nacional.

Além da forte valorização do dólar, houve uma queda nas commodities agrícolas indexadas na moeda americana, o que fez com que muitos cooperados buscassem realizar suas operações em reais. Muitas empresas carregavam estoques de defensivos em reais, adquiridas antes do aumento da moeda americana, o que levou muitos cooperados a fazerem suas compras junto a estas empresas, visto que o produto em dólar na conversão para reais havia subido consideravelmente. Sem dúvida este fator contribuiu para uma redução significativa das operações da cooperativa com os cooperados, em função da cooperativa e seus parceiros não carregarem estoques, não se expondo assim ao risco da variação cambial.

O ano de 2016 já inicia com um agravamento da crise política, aumento na taxa de desemprego, o que sinaliza para uma forte desaceleração da economia e uma tendência de alta de juros. Regionalmente estamos passando por um desequilíbrio hídrico que irá afetar consideravelmente o resultado da safra da região oeste da Bahia.

Em resumo um quadro econômico desanimador como poucas vezes se viu no passado, o que não nos impedirá de buscar melhores resultados, pelo contrário, estarmos cientes das dificuldades só nos estimula a buscar superação para trazer os melhores resultados aos cooperados.

O momento atual da economia, clima, é negativo, porém nos momentos de adversidade é fundamental que os cooperados se unam em torno da cooperativa, pois vivenciamos quando da constituição da Cooperfarms uma redução de até 40% no custo das compras de defensivos dos cooperados, com o passar dos anos esta diferença se ajustou, e atualmente ela é muito

pequena, mas se não nos unirmos em torno da cooperativa e fortalecemos as empresas das quais cooperativa é acionista, podemos num futuro próximo perder esta diferença de preço e vantagens que conquistamos no decorrer destes oito anos da Cooperfarms.

Dentre as conquistas podemos destacar logo quando da constituição da Cooperfarms um balizamento de preço de defensivos no mercado local, com uma redução de até 40% no custo de compra dos cooperados através da Cooperfarms. Através da CCAB Agro, empresa da qual a Cooperfarms é acionista, conseguiu se derrubar o antidumping do Glifosato reduzindo consideravelmente o preço deste produto, bem como viabilizar a importação do vírus HzNPV e do Benzoato quando surgiu o problema da *Helicoverpa armigera* na Bahia, da mesma forma a CCAB possui hoje 76 registros de produtos em andamento em seu portfólio, e a tendência é que a empresa comece a distribuir sobras após concluídos todos estes registros.

Acreditamos que somente juntos, podemos promover o ideal cooperativista, agregar mais valor para os nossos Cooperados e ter uma sociedade cada vez mais Justa. Por isso, associado, participe da sua cooperativa!

1. BALANÇO PATRIMONIAL EM REAIS

BALANÇO PATRIMONIAL - EM REAIS							
ATIVO				PASSIVO			
		31/12/2015	31/12/2014			31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE	NOTA	2.642.054,87	1.874.394,12	PASSIVO CIRCULANTE	NOTA	1.656.443,88	638.443,47
DISPONIBILIDADES	5	765.592,22	591.708,64	FORNECEDORES	15	105.197,93	191.403,44
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.466,82	227,50	Fornecedores Cooperados		105.197,93	191.403,44
CONTAS A RECEBER	6	1.321.013,19	1.065.096,26	Fornecedores não Cooperados		-	-
COM NÃO COOPERADOS		218.193,74	470.142,65	DÉBITOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	16	150.517,65	115.929,35
COM COOPERADOS		1.102.819,45	594.953,61	DÉBITOS FISCAIS	17	80.315,99	58.897,70
ESTOQUES	7	77.166,66	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	18	740.358,41	272.212,98
OUTROS VALORES A RECEBER	8	51.050,85	-	RECEITAS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	19	580.053,90	-
ADIANTAMENTOS	9	33.945,76	36.781,91				
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	10	81.115,54	-				
TRIBUTOS E CONT. A COMPENSAR	11	312.170,65	180.807,31				
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		75.397,76	245.540,60				
DIREITOS REAL. A LONGO PRAZO	12	75.397,76	245.540,60				
Adiantamentos		75.397,76	185.000,00				
Tributos a Compensar		-	60.540,60				
NÃO CIRCULANTE		997.728,54	677.177,95	NÃO CIRCULANTE		263.875,21	263.875,21
INVESTIMENTOS		620.642,99	568.117,77	Provisão para Contingências	20	263.875,21	263.875,21
Participação em outras Cia	13	620.642,99	568.117,77				
IMOBILIZADO	14	363.738,65	93.712,40				
BENS EM OPERAÇÃO	14	176.215,32	162.942,29				
Máquinas e Equipamentos		86.066,32	37.864,39				
Móveis e Utensílios		59.149,00	57.669,00				
Veículos		31.000,00	67.408,90				
BENFEITORIAS EM IMÓVEIS DE TERCEIROS	14	280.248,11	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.794.862,08	1.894.793,99
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		280.248,11	-	CAPITAL SOCIAL	21	677.107,00	651.607,00
DEPRECIACÃO ACUMULADA		(92.724,78)	(69.229,89)	Capital Integralizado		677.107,00	651.607,00
Depr. de Móveis e Utensílios		(28.976,29)	(23.192,02)	RESERVAS		1.229.675,98	1.180.321,22
Depr. de Maq. E Equipamentos		(29.411,56)	(19.933,93)	Fundo de Reserva		1.189.295,77	1.142.839,57
Depr. de Veículos		(30.483,52)	(26.103,94)	FATES		40.380,21	37.481,65
Depr. Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(3.853,41)	-				
INTANGÍVEL	14	13.346,90	15.347,78	SALDO LÍQUIDO A DISP. DA AGO	22	(111.920,90)	62.865,77
Software		20.008,52	20.008,52				
(-) Amortização Intangível		(6.661,62)	(4.660,74)				
TOTAL DO ATIVO		3.715.181,17	2.797.112,67	TOTAL DO PASSIVO		3.715.181,17	2.797.112,67


Luiz Antonio Pradella
Diretor Presidente


André de Oliveira
Contador CRC - RS-072417/O-3 T-8A

2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM REAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS/PERDAS - EM REAIS			
		31/12/2015	31/12/2014
INGRESSO E RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	NOTA	35.383.004,10	42.119.447,43
(+) Ingresso e Receita de Prestação de Serviços	23	5.490.691,63	4.356.240,30
(+) Ingresso e Receita de Venda de Mercadorias	23	29.892.312,47	37.763.207,13
DISPENDIO E CUSTO DAS VENDAS E SERVIÇOS		(33.304.512,36)	(40.462.737,37)
(-) Dispendio e Custo de Mercadorias Vendidas	23	(28.270.441,16)	(35.170.769,00)
(-) Dispendio e Custo dos Serviços Prestados	23	(2.958.719,14)	(2.283.108,87)
(-) Dispendio de ICMS s/Ingressos	23	(1.478.054,96)	(2.203.096,36)
(-) Dispendio de ISS s/Ingressos	23	(151.722,69)	(109.861,00)
(-) Cofins s/Ingresso	23	(283.558,18)	(176.030,88)
(-) Pis s/Ingresso	23	(61.491,34)	(38.217,24)
(-) Ingressos/Vendas Canceladas	23	(100.524,89)	(481.654,02)
SOBRA BRUTA		2.078.491,74	1.656.710,06
DISPENDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(2.190.412,64)	(1.593.844,29)
(-) Água, Energia e Gás	24	(31.027,64)	(22.204,28)
(-) Aluguéis e Condomínios	24	(268.812,00)	(55.688,00)
(-) Comunicações	24	(48.775,03)	(51.626,57)
(-) Brindes e Contribuições	24	(5.100,00)	(15.094,96)
(-) Manutenção e Reparos	24	(12.056,77)	(23.077,48)
(-) Material de uso diverso	24	(26.279,63)	(20.942,13)
(-) Pessoal (salários, 13ª e Férias)	24	(932.316,48)	(640.660,35)
(-) Encargos Sociais	24	(254.603,38)	(222.067,32)
(-) Processamento de Dados	24	(74.488,23)	(12.428,54)
(-) Propaganda e Publicidade	24	(39.116,00)	(51.812,43)
(-) Serviços Especializados	24	(164.114,55)	(294.745,72)
(-) Viagens e estadias	24	(76.052,63)	(130.558,61)
(-) Aluguel de Veículos	24	-	-
(-) Combustíveis e Lubrificantes	24	(14.807,54)	-
(-) Outras Despesas	24	(101.700,11)	(141.454,20)
(-) Depreciações	24	(33.991,25)	(24.188,45)
(-) Tributárias	24	(29.829,47)	-
(-) Provisões Operacionais	24	(56.108,53)	-
(+) Resultado Não Operacional	24	24.719,58	49.960,42
(+) Resultado Financeiro Líquido	24	(45.952,98)	62.744,33
(=) SOBRAS/PERDAS ANTES DA CSLL/IRPJ		(111.920,90)	62.865,77
(=) PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL		-	-
(-) Provisão para CSLL		-	-
(-) Provisão para IRPJ		-	-
(=) SOBRAS/PERDAS APÓS CSLL/IRPJ		(111.920,90)	62.865,77
(=) SOBRAS/PERDAS A DISPOSIÇÃO DA AGO DE ATOS COOPERADOS		(65.018,91)	278.962,74
(+) RESULTADO DE OPERAÇÕES COM ATOS COOPERADOS	25	(65.018,91)	328.191,45
(-) Fundo de Reserva 10%		-	(32.819,14)
(-) FATES 5%		-	(16.409,57)
(=) SOBRAS/PERDAS A DISPOSIÇÃO DA AGO DE ATOS NÃO COOPERADOS		(46.901,99)	(265.325,67)
(-) Resultado de Operações com atos não Cooperados	25	(46.901,99)	(265.325,67)
(-) Fundo de Reserva 10%		-	-
(-) FATES 5%		-	-
(=) SOBRAS/PERDAS DO EXERCÍCIO	22	(111.920,90)	13.637,07



Luiz Antonio Pradella
Diretor Presidente



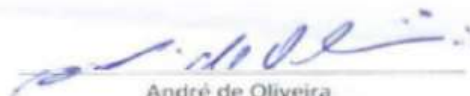
André de Oliveira
Contador CRC - RS-072417/O-3 T-BA

3. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO EM REAIS

HISTÓRICO SALDO	CAPITAL SOCIAL	FUNDO DE RESERVA	FATES	SOBRAS A DISP. DA AGO	PATRIMONIO LIQUIDO
SALDO EM 01/01/2015	651.607,00	1.142.839,57	37.481,65	62.865,77	1.894.793,99
Capitalizações	25.500,00				25.500,00
Cotas a Integralizar	-				-
Baixa de Cotas Cooperados	0,00				-
Baixa no Exercício		-	(13.511,01)		(13.511,01)
Transferências AGO	-	46.456,20	16.409,57	(62.865,77)	0,00
Incentivo Fiscal					
Juros s/Capital Integralizado	-				
Resultado do Exercício				(111.920,90)	(111.920,90)
Contingencias Fiscais					
Transferências Estatutárias		-	-		-
SALDO EM 31/12/2015	677.107,00	1.189.295,77	40.380,21	(111.920,90)	1.794.862,08
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	25.500,00	46.456,20	2.898,56	(174.786,67)	(99.931,91)



Luiz Antonio Pradella
Diretor Presidente



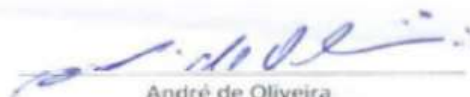
André de Oliveira
Contador CRC - RS-072417/O-3 T-BA

4. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM REAIS

Demonstrativo de Fluxo de Caixa - Método Indireto - EM REAIS			
HISTÓRICO	31/12/2015	31/12/2014	
Atividades Operacionais			
- Sobras Líquidas	(111.920,90)		13.637,07
- Depreciação e Amortização	33.991,25		24.188,45
- Baixa de Imobilizado	27.913,42		5.409,83
Aumento ou Redução nos Passivos			
- Obrigações com Cooperados	(78.354,46)	(1.129.607,20)	
- Obrigação com Fornecedores	-	259.647,64	
- Obrigações sociais, trabalhistas e fiscais	56.006,59	(43.919,99)	
- Ingressos/Receitas de Exercícios Futuros	580.053,90	-	
- Outros débitos	460.294,38	(1.269.995,04)	
Redução ou Aumento nos Ativos			
- Contas a Receber	251.948,91	663.083,90	
- Créditos com cooperados	(558.916,69)	453.874,21	
- Estoques	(77.166,66)	-	
- Impostos a recuperar	(70.822,74)	123.240,47	
- Outros créditos	112.438,39	673.533,28	
- Dispendios do exercício seguinte	(81.115,54)	-	
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	544.349,85	(226.907,38)	
Atividades de Investimento			
- Aquisição de investimentos	(52.525,22)	(317.130,27)	
- Aquisição de imobilizado	(329.930,04)	(44.289,47)	
- Reservas	(13.511,01)	28.489,44	
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(395.966,27)	(332.930,30)	
Atividades de Financiamento			
- Integralização de Capital	25.500,00	31.500,00	
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	25.500,00	31.500,00	
Aumento Líquido ao Caixa e Equivalente de Caixa	173.883,58	(528.337,68)	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Ano	591.708,64	1.120.046,32	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Final do Ano	765.592,22	591.708,64	
Variação das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes	173.883,58	(528.337,68)	



Luiz Antonio Pradella
Diretor Presidente



André de Oliveira
Contador CRC - RS-072417/O-3 T-BA

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2015 em R\$

1.CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperfarms - Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia, fundada em 18 de Agosto de 2008, situada a Av. Luís Eduardo Magalhães, 2391, Jardim das Acácias 3ª Etapa, na cidade de Luís Eduardo Magalhães/BA, nasceu num processo natural, a partir da decisão de um grupo de vinte e dois produtores rurais de se unirem para fortalecer o poder de compra coletivo agregando valor a sua produção, desenvolvendo os negócios dos cooperados com base em ações originais, criativas, éticas e justas, focadas em resultados sustentados e duradouros, que se traduzam em produtos e serviços de alta qualidade e com preços competitivos.

A Cooperativa é regida por seu Estatuto Social, no qual é determinado seu objetivo social predominante, qual seja: Congregar os produtores rurais legalmente habilitados para, com base na colaboração recíproca a que esses se obrigam como cooperados, sem finalidade de lucro, promover a mais ampla defesa de seus interesses econômicos. Para tanto, a Cooperativa opera, basicamente, na venda em comum de produtos agrícolas que lhe são entregues e prestação de serviços na intermediação das aquisições de produtos gêneros e artigos para o abastecimento de seus cooperados.

2.BASE DE PREPARAÇÃO PARA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estas demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e foram elaboradas conforme as seguintes bases de preparação:

2.1 Declarações de conformidade – As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, além da Lei 5.764/71 (Lei das Cooperativas), os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) não é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nestas circunstâncias. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Neste exercício não foram registrados resultados abrangentes além do resultado do exercício, desta forma, a DRA - Demonstração de Resultado Abrangente – não foi incluída no conjunto destas demonstrações contábeis. A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Cooperativa em **24 de março de 2016**.

2.2 Bases de mensuração – As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros, quando aplicável, foram mensurados ao valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação – Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Cooperativa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Cooperativa atua, que é sua moeda funcional. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado outra forma.

2.4 Estimativas e premissas contábeis – A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

3.1.1 Ativos financeiros não derivativos – A Cooperativa reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Cooperativa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Cooperativa nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa detém o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Cooperativa tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis; títulos mantidos até o

vencimento, e; disponível para venda. **(a) Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado** – Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício; **(b) Empréstimos e recebíveis** – Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, créditos com cooperados e outros créditos; **(c) Títulos mantidos até o vencimento** – São os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento fixo, que a Cooperativa tem a intenção e a capacidade de manter até o seu vencimento, exceto aqueles inicialmente designados como valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda ou Empréstimos e Recebíveis. Os títulos classificados como mantidos até o vencimento podem ser cotados em um mercado ativo. Adicionalmente para que um ativo financeiro seja considerado como mantido até o vencimento ele deve ter um prazo de vencimento conhecido ou determinável. A mensuração inicial de um título mantido até o vencimento deve ser realizada pelo seu valor justo do ativo, e subsequentemente, deve-se considerar o método do custo amortizado para sua mensuração. A Cooperativa designou para esta categoria, aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil e Sicredi; **(d) Ativos financeiros disponíveis para venda** – São aqueles ativos financeiros não derivativos que a entidade: (i) designou inicialmente nessa categoria; ou (ii) não se enquadra nas demais categorias. Os disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros que a Cooperativa não sabe ao certo quando e nem em quais condições vai negociá-los. Assim ele deve ser apresentado no balanço patrimonial pelo seu valor justo. A Cooperativa classifica nesta categoria, cotas de participação em sociedades Cooperativas (Sicredi), contabilizada com a devida sobra ou perda, por regime de competência, e sociedades não Cooperativas (CCAB Participações, Imbuia Agropecuária Ltda), contabilizada pelo custo.

3.1.2 Caixas e equivalentes de caixa – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou com possibilidade de resgate imediato, e com risco insignificante

de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

3.1.3 Passivos financeiros não derivativos – A Cooperativa reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa realiza a baixa de um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.1.4 Instrumentos financeiros derivativos e instrumentos de *hedge* – A Cooperativa não possui operações relacionadas a instrumentos financeiros derivativos ou qualquer instrumento de *hedge* contratado.

3.1.5 Reduções do valor recuperável (*Impairment*) – Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ativos sem vida útil definida ou mesmo não sujeitos à depreciação e amortização são periodicamente avaliados pela Administração visando identificação se o valor contábil excede o valor recuperável do ativo.

(a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis) – Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir: o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Cooperativa sobre condições de que ela não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou; o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Cooperativa utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de créditos atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto.

Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Não há evidências de valor recuperável inferior ao registrado contabilmente para os principais ativos financeiros da Cooperativa (Contas a receber de clientes, créditos com cooperados e outros créditos). **(b) Ativos não financeiros** – Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Cooperativa, que não os ativos biológicos, o estoque e o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Cooperativa identificou que não há evidências de valor recuperável inferior ao registrado contabilmente para os principais ativos não financeiros da Cooperativa.

3.2 Contas a receber de clientes e cooperados – Estes valores são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e classificados no circulante em razão do prazo de liquidação não ser superior a 365 dias. São aplicadas provisões para crédito de liquidação duvidosa, os valores avaliados pela administração como de prováveis perdas.

3.3 Imobilizado: (a) Reconhecimento e mensuração – Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. Basicamente, tratam-se de itens adquiridos e utilizados nas atividades operacionais, além de itens de natureza administrativa. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, não havendo itens produzidos internamente. Eventualmente, em situação de alienação, o custo original de aquisição e depreciação acumulada são atribuídos ao resultado, bem como as receitas de alienação oriundas da operação. **(b) Depreciação** – Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear considerando a vida útil remanescente dos bens, a qual não excede a estimativa mensal, conforme avaliação da Administração. A vida útil estimada para os exercícios correntes e comparativos é de 10 anos para máquinas e equipamentos e móveis e utensílios, 5 anos para veículos e benfeitorias em propriedades de terceiros. **(c) Ativos intangíveis** – São constituídos softwares de gestão administrativa com base nos custos de aquisição. Sua amortização é realizada em 5 anos.

3.5 Fornecedores e débitos com cooperados – As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços substancialmente aplicados nas operações da Cooperativa, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estas obrigações são apresentadas como passivo não circulante. São segregados os fornecedores cooperados relativos às aquisições de algodão para venda no mercado interno. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

3.6 Obrigações trabalhistas e fiscais – As obrigações trabalhistas compreendem encargos de INSS (patronal e retenções) e FGTS (patronal), além de obrigações relacionadas a férias e seus respectivos encargos sociais e Pis sobre folha, devido pelas sociedades cooperativas. As obrigações fiscais compreendem tributos Municipais, Estaduais e Federais sobre as operações normais da Cooperativa, além de retenções em cumprimento à legislação tributária.

3.7 Capital social e reservas – As cotas capitais são classificadas no patrimônio líquido. As **reservas de sobras**, quando existentes, serão destinadas em conformidade com o Estatuto Social da Cooperativa, o qual prevê: 10% (dez por cento) da sobra líquida para constituição da **reserva legal** e 5% (cinco por cento) para constituição da **reserva de assistência técnica, educacional e social (Rates)**.

3.8 Reconhecimentos da receita e custo dos serviços prestados – **(a)** As **receitas** compreendem o valor justo das vendas. Estas são apresentadas líquidas dos **impostos incidentes**: Pis (1,65%) e Cofins (7,6%), portanto, de forma não cumulativa, com previsão de deduções das bases de cálculo previstas em legislação específica para Cooperativas; ICMS, conforme legislação

específica para cada produto; e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) incidente sobre a prestação de serviços a Cooperados ou Não cooperados. A Cooperativa reconhece a receita quando da transferência do risco e quando do reconhecimento do cliente ou cooperado pelo serviço prestado. **(b) Os custos (dispêndios) dos produtos vendidos** englobam basicamente as aquisições para revenda, e os serviços prestados com empresas terceirizadas para comercialização da produção agrícola ou aquisições de insumos aos cooperados.

3.9 Dispêndios administrativos – Representam os gastos relacionados as atividades administrativas da Cooperativa, portanto, distintos da operação, reconhecidos em conformidade com as condições de exigibilidade.

3.10 Resultados financeiro líquido – As despesas e receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social – O imposto de renda e a contribuição social são apurados sobre atos não cooperados são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data de encerramento destas demonstrações contábeis, cujas alíquotas para fins de cálculo são 25% (15% normal e 10% a título de adicional) e 9%, respectivamente, para o imposto de renda e contribuição social, apresentados de forma líquida no passivo, na situação de saldo devedor ou no ativo, quando as antecipações que excedem o montante final apurado no exercício.

5. DISPONIBILIDADES – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem saldos em caixa, em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 360 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2015	2014
SALDO EM R\$	765.592,22	591.708,64
CAIXA	2.466,82	227,50
BANCOS CONTA MOVIMENTO	107.125,40	428.943,06
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CDB	656.000,00	162.538,08

6. CONTAS A RECEBER

COM NÃO COOPERADOS

Nesse grupo são registrados os valores a receber decorrentes das operações de venda de produtos ou de serviços prestados a terceiros (não cooperados).

DUPLICATAS A RECEBER COM NÃO COOPERADOS	2014	2015
CCAB AGRO SA	0,00	71.697,81
ALGODOEIRA OURO BRANCO LTDA - EPP	0,00	67.538,29
NOBLE DO BRASIL S/A	103.497,96	0,00
SYNGENTA	347.662,33	0,00
FERTIPAR FERTILIZANTES DO NORDESTE LTDA	0,00	45.749,29
OUTROS	18.982,36	33.208,35
SALDO EM R\$	470.142,65	218.193,74

COM COOPERADOS

Os insumos agrícolas, adubos, fertilizantes e outros que se fazem necessários ao cultivo de soja, milho, algodão, entre outros produtos agrícolas de menor representatividade, são fornecidos pela Cooperativa aos seus cooperados em conformidade com o seu objeto social e os saldos a receber provenientes das vendas destes produtos aos cooperados estão assim representados:

DUPLICATAS A RECEBER COM COOPERADOS	2014	2015
GEACIR CELESTINO DAMIANI	241.855,19	241.855,19
LAURI PEDRO KAPPES	5.747,54	61.962,61
OSVALDO HANISCH	50.431,45	56.129,49
AGROPECUARIA ARAKATU LTDA	54.186,60	54.186,60
AIRTON GORGEN	37.170,53	53.069,37
ARLEI JOSE MACHADO DE FREITAS	34.098,86	37.076,49
KOBRA AGRICOLA LTDA	32.544,47	32.544,47
MARCELO LEOMAR KAPPES	0,00	31.731,57
DANIEL FRANCIOSI	1.400,00	26.127,79
RONY REIMANN	13.000,84	26.120,77
ODACIL RANZI	3.848,66	24.894,11
ARMANDO MAZZUTTI	0,00	22.470,81
RAFAEL ABRAHAMS KIEWER	0,00	22.375,28
WILSEMAR JOSE DORNELES ELGER	0,00	21.554,39
FRANCISCO KLEIN	1.982,55	19.073,24
PAULO ROBERTO MARQUES DE SOUZA	0,00	18.520,36
ANILDO KUREK	0,00	16.200,00
SALDO EM R\$	594.953,61	1.102.819,45

7. ESTOQUES

São compostos por estoque de insumos adquiridos pela cooperativa e disponibilizados a venda aos cooperados, os quais no encerramento do ano representavam o estoque conforme abaixo:

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS EM ESTOQUE	QTDE	2014	2015
Ácido Bórico 17% - Sc 25 Kg	3 Ton	-	9.606,84
MAP Purificado – Sc 25 Kg	9,9 Ton	-	36.010,26
Nitrato de Potássio – Sc 25Kg	7 Ton	-	26.977,44
Kit EPI	84 Unid	-	4.572,12
SALDO EM R\$		-	77.166,66

Também são registrados nesta conta para fins de controle os produtos remetidos pelos cooperados para armazenagem na cooperativa, são defensivos agrícolas que os cooperados enviam para a cooperativa para diminuir os riscos de roubo na fazenda.

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS EM ESTOQUE	2014	2015
Estoque Merc. Terc. em poder da Empresa	0,00	26.289.745,81
(-) Estoque Merc. Terc. em poder da Empresa	0,00	(26.289.745,81)

8. OUTROS VALORES A RECEBER

Nesta conta estão registrados outros valores a receber de cooperados por conta de repasses entre cooperados ou pelo rateio de despesas a receber de cooperados, os valores estão assim representados:

OUTROS VALORES A RECEBER	2014	2015
ARLEI JOSE MACHADO DE FREITAS	-	31.577,68
ROGERIO JOSE FAEDO	-	7.894,42
TOBIAS ALMEIDA SCHMIDT	-	5.000,00
CELITO EDUARDO BREDÁ	-	1.315,75
FRANCISCO KLEIN	-	1.315,75
LUIZ ANTONIO PRADELLA	-	2.631,50
RONY REIMANN	-	1.315,75
SALDO EM R\$	-	51.050,85

9. ADIANTAMENTOS

O saldo classificado neste grupo está representado por adiantamentos a fornecedores para futuras compras de produtos, e pelos adiantamentos de salários e Férias a empregados.

ADIANTAMENTOS	2014	2015
ADIANTAMENTO DE SALARIO	800,00	4.300,00
ADIANTAMENTO DE FERIAS	4.724,23	18.898,39
COTIMES - SERVICOS DE CONSULTORIA AGROINDUSTRIAL L	17.435,25	-
MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA	11.822,43	-
REQUINTE EVENTOS - EIRELI - ME	2.000,00	-
ANILDO KUREK	-	8.370,76
CLAIR KASSIO LAMBERTY CRUVINEL	-	398,96
KIST & CIA LTDA - ME	-	1.000,00
LINCE ATACADO LTDA	-	132,65
OARLEM SENA	-	500,00
T.R. DE ANDRADE FONTES ME	-	45,00
TECIO ALCANTARA DE OLIVEIRA	-	300,00
SALDO EM R\$	36.781,91	33.945,76

10. DISPÊNDIOS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

O saldo é composto por prêmios das apólices de seguros contratados pela Cooperativa antecipadamente pagos em 2015. Os prêmios de seguro são mensalmente amortizados e computados no resultado pelo período de vigência das apólices, de acordo com o princípio contábil da competência.

11. TRIBUTOS A COMPENSAR

Referem-se a créditos gerados nas operações normais da Cooperativa, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza: (i) O IRRF está representado por saldos provenientes de retenções em notas fiscais e de aplicações financeiras e; (ii) os saldos de Pis/Cofins/CSLL advém das retenções em notas fiscais.

CONTAS	2014	2015
ICMS A COMPENSAR	30.122,14	91.157,08
IRRF A COMPENSAR (i)	106.871,55	162.574,00
IRPJ A COMPENSAR	24.952,17	24.952,17
CSL/PIS/COFINS RETIDOS A COMPENSAR (ii)	10.616,00	19.553,97
IRRF S/ APLICAÇÕES FINANCEIRAS	8.245,44	13.933,42
SALDO EM R\$	180.807,30	312.170,64

12. DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO

Nesta conta estão lançados os valores realizáveis a longo prazo, constituído basicamente pelo adiantamento realizado a Imbuia Agropecuária Ltda (R\$ 75.397,76) para futuro de aumento de capital social.

13. INVESTIMENTOS

Referem-se as cotas de participação em outras companhias e cooperativa, que estão assim representados.

INVESTIMENTOS	2014	2015
CCAB PARTICIPAÇÕES S/A*	250.387,00	267.245,00
SICREDI	600,50	1.397,99
IMBUIA AGROPECUÁRIA LTDA	317.130,27	352.000,00

SALDO EM R\$	568.117,77	620.642,99
---------------------	-------------------	-------------------

*Com relação as cotas da CCAB Participações, conforme acordo de quotistas desta empresa, a cooperativa é corresponsável pelo crédito dos cooperados junto a CCAB Agro Ltda até o valor limite das cotas da cooperativa junto a CCAB Participações S/A.

14. ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os ativos tangíveis são registrados pelos seus valores originais de aquisição e/ou formação considerando a depreciação dos bens, calculadas a partir das taxas fiscais legalmente previstas, de forma linear, a partir das respectivas datas de aquisição.

Os valores de Benfeitorias realizadas em Imóveis de Terceiros serão amortizados conforme contrato de locação da cooperativa obedecendo assim o princípio da competência.

No entendimento da administração, tais taxas representam de forma razoável, até então, o desgaste e a obsolescência de tais ativos, não sendo necessária a revisão das taxas anuais de depreciação ou reestimativa dos valores residuais destes bens.

RÚBRICA	DEPREC. ANO	2015			2014
		VALOR ORIGINAL	DEPREC.	SALDO	SALDO
TANGÍVEIS		456.463,43	92.724,78	363.738,65	93.712,40
Máquinas e Equipamentos	10%	86.066,32	29.411,56	56.654,76	17.930,46
Móveis e Utensílios	10%	59.149,00	28.976,29	30.172,71	34.476,98
Veículos	20%	31.000,00	30.483,52	516,48	41.304,96
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		280.248,11	3.853,41	276.394,70	-
INTANGÍVEIS		20.008,52	6.661,62	13.346,90	15.347,78
Software	20%	20.008,52	6.661,62	13.346,90	15.347,78
IMOBILIZADO LÍQUIDO EM R\$		476.471,95	99.386,40	377.085,55	109.060,18

15. FORNECEDORES COOPERADOS

Referem-se aos débitos com cooperados relativos as aquisições de produtos agrícolas (soja, milho e caroço de algodão, entre outros). A Cooperativa tem como prática adquirir os insumos ou produtos agrícolas com pagamentos à vista ou antecipados, salvo exceções apresentadas.

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

As referidas obrigações da Cooperativa referem-se aos encargos sociais a pagar, além das provisões de férias e os seus respectivos encargos sociais.

OBRIGAÇÕES	2014	2015
INSS A RECOLHER	29.308,21	23.581,39
FGTS A PAGAR	5.334,37	7.425,61
INSS RETIDO DE TERCEIROS A PAGAR	-	1.485,00
PIS SOBRE A FOLHA	470,72	1.219,16
SENAR A RECOLHER	792,38	3.002,70
PROVISÃO FERIAS	80.023,67	113.803,79
SALDO EM R\$	115.929,35	150.517,65

17. DÉBITOS FISCAIS

Os valores tidos como obrigações fiscais provém das apurações tributárias decorrentes das atividades normais da cooperativa. O PIS e COFINS são apurados sobre as receitas advindas de atos não cooperativos.

OBRIGAÇÕES	2014	2015
IRRF PF A RECOLHER	7.812,08	10.293,47
IRRF PJ A RECOLHER	7.607,71	6.238,04
ISSQN RETIDO A RECOLHER	-	675,00
PIS/COFINS/CSLL RETIDAS A RECOLHER	22.909,62	19.547,16
PIS A RECOLHER	3.679,25	5.196,89
COFINS A RECOLHER	-	24.257,06
ISSQN A PAGAR	16.889,04	14.108,37
SALDO EM R\$	58.897,70	80.315,99

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Neste grupo estão registradas as demais obrigações da cooperativa, como contas diversas a pagar, adiantamentos recebidos de cooperados para compra de mercadorias bem como a provisão de comissões recebidas a repassar a Negócios Agrícolas Consultoria Ltda.

OUTRAS OBRIGAÇÕES	2014	2015
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA-COELB	1.742,99	0,00
EMPRESA BAIANA DE AGUAS E SANEAMENTO S.A-EMBASA	296,84	0,00

TELEFONE A PAGAR	479,90	355,98
ACE SEGURADORA SA	0,00	43.811,04
BRADESCO AUTO RE COMPANHIA DE SEGUROS	662,01	0,00
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	0,00	5.647,70
BRADESCO SAUDE SA	4.036,29	7.424,75
CICERO FRANCISCO MARQUES	200,00	0,00
CMA CONSULTORIA METODOS ASSESSORIA E MERCANTIL SA	4.764,51	5.732,82
CREA BA CONSEILHO REGIONAL DE ENGENHARIA AGRONOMIC	1.061,11	1.576,85
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	131,70	298,95
FEDERACAO NACI DOS TRAB CELETISTAS NAS COOPERATIVA	35,00	60,00
FG ATENTOS MONITORAMENTO LTDA - ME	0,00	450,00
FUNDACAO GETULIO VARGAS	270,80	0,00
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVICO-FGTS	0,00	7.179,35
HOTEL RIO DO SONO LTDA	880,20	0,00
IPANEMA GRAFICA E EDITORA LTDA	1.590,00	0,00
LAURI GROMANN	0,00	186,31
LOCALIZA RENT A CAR SA	1.695,41	78,87
LOSANI ADERICHN GROMANN ME	0,00	201,68
MARIA ANTONIETA VIDAL FLORES	300,00	0,00
OESTE EMPRESA DE SEGURANCA LTDA	0,00	10.577,25
PAULO EMYGDIO DA SILVA SIMAS PEREIRA ME	0,00	100,00
PIVOTTO PRODUTOS DE LIMPEZA PROFISSIONAL LTDA	0,00	537,50
PROSOFT TECNOLOGIA S.A	1.001,92	446,86
REFERENCIA LOCADORA DE VEICULOS LTDA	2.385,00	22.421,00
SA NACIONAL DE VEICULOS LTDA	236,00	0,00
SESTARI SILVA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	260,00	0,00
SIAGRI SISTEMAS DE GESTAO LTDA	2.049,16	2.244,08
TRANSPORTES LUFT LTDA	0,00	28.717,95
TRANSPORTES LUFT LTDA	1.321,86	0,00
DESPESAS DE VIAGEM A PAGAR	800,00	6.006,03
C/C COOPERADOS	0,00	25.038,41
MARILENE ZANCANARO ZANELLA	6.012,40	0,00
MAURICIO MARTINS WESTPHALEN	0,00	14.875,00
ODIR JOSE PRADELLA	333,88	0,00
OLINDA DOS GERAIS AGROPECUARIA LTDA	915,45	237,79
NEGOCIOS AGRICOLAS CONSULTORIA LTDA	238.750,55	556.152,24
SALDO EM R\$	272.212,98	740.358,41

19. RECEITAS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

O saldo é composto por receitas cujas notas fiscais foram emitidas antecipadamente pela cooperativa em 2015, correspondente a Taxa de Administração sobre o pacote de químicos da Safra 2015/2016 e Serviços de Armazenagem de Defensivos cuja competência são do exercício de 2016. As receitas são apropriadas mensalmente e computados no resultado pelo período de vigência das receitas, de acordo com o princípio contábil da competência.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A administração da Cooperativa reconheceu saldo de ICMS não recolhido ao Estado de Tocantins, em que pese julgue questionável a obrigatoriedade do débito. A Cooperativa está aguardando uma definição da Secretaria da Receita Estadual de Tocantins e, caso obtenha êxito ao pleito da inexigibilidade, o saldo contingenciado será repassado ao cooperado em questão. Seus assessores jurídicos já se posicionaram quanto ao assunto, referindo-se a boa probabilidade de êxito em favor da Cooperativa.

21. CAPITAL SOCIAL

O capital social da Cooperativa é de R\$ 677.107,00 (R\$ 651.607,00 em 2014), divididos em 677.107 (seiscentos e setenta e sete mil, cento e sete) quotas, rateadas entre 264 (duzentos e sessenta e quatro) cooperados matriculados (247 associados em 2014).

22. SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO

Para apuração das sobras a disposição da Assembleia, preliminarmente são deduzidos, conforme determinação da legislação vigente e ainda conforme determinado pelo estatuto social da Cooperativa, 10% das sobras líquidas ao Fundo de Reserva, que tem como objetivo a preservação do patrimônio líquido da cooperativa, e 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates. Os lucros decorrentes dos atos não cooperativos são destinados diretamente ao Fates. No resultado do exercício de 2015 foram apuradas perdas que estão a disponíveis para apreciação da Assembleia Geral Ordinária.

23. INGRESSOS/RECEITAS E DISPÊNDIOS/CUSTOS

As receitas e ingressos foram apurados considerando a competência de sua efetivação. Essas são representadas, em sua grande maioria, pela comercialização de produtos agrícolas dos cooperados.

TIPOS DE INGRESSOS	INGRESSOS E RECEITAS	DISPÊNDIOS E CUSTOS	MARGEM BRUTA
(+) Ingresso e Receita de Prestação de Serviços	5.490.691,63	3.455.491,35	2.035.200,28
(+) Ingresso e Receita de Venda de Mercadorias	29.892.312,47	29.849.021,01	43.291,46
TOTAIS EM R\$	35.383.004,10	33.304.512,36	2.078.491,74

24. DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Referem-se aos dispêndios e despesas necessárias à execução da atividade operacional da Cooperativa, detalhados abaixo:

DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	2015	2014
(-) Água, Energia e Gás	(31.027,64)	(22.204,28)
(-) Aluguéis e Condomínios	(268.812,00)	(55.688,00)
(-) Comunicações	(48.775,03)	(51.626,57)
(-) Brindes e Contribuições	(5.100,00)	(15.094,96)
(-) Manutenção e Reparos	(12.056,77)	(23.077,48)
(-) Material de uso diverso	(26.279,63)	(20.942,13)
(-) Pessoal (salários, 13º e Férias)	(932.316,48)	(640.660,35)
(-) Encargos Sociais	(254.603,38)	(222.067,32)
(-) Processamento de Dados	(74.488,23)	(12.428,54)
(-) Propaganda e Publicidade	(39.116,00)	(51.812,43)
(-) Serviços Especializados	(164.114,55)	(294.745,72)
(-) Viagens e estadias	(76.052,63)	(130.558,61)
(-) Combustíveis e Lubrificantes	(14.807,54)	-
(-) Outras Despesas	(101.700,11)	(141.454,20)
(-) Depreciações	(33.991,25)	(24.188,45)
(-) Tributárias	(29.829,47)	-
(-) Provisões Operacionais	(56.108,53)	-
(+) Resultado Não Operacional	24.719,58	49.960,42
(+) Resultado Financeiro Líquido	(45.952,98)	62.744,33
TOTAL EM R\$	(2.190.412,64)	(1.593.844,29)

25. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM COOPERADOS

Os ingressos/receitas da cooperativa foram apurados separadamente de forma que fosse possível a apuração do resultado das operações de cooperados com o resultado de operações de não cooperados. Sendo que os dispêndios/custos diretos foram descontados conforme a origem dos ingressos/receitas, e as despesas gerais e administrativas foram alocados pela proporcionalidade de resultado conforme o ato praticado.

RESULTADO DE OPERAÇÕES COM COOPERADOS	
Ingressos de Atos com Cooperados	30.053.245,12
Dispêndios Diretos de Atos com Cooperados	28.751.070,34
Resultado Operacional Bruto de Atos com Cooperados	1.302.174,78
Proporcionalidade antes dos Dispêndios Gerais e Adm.	58,09%
RESULTADO DE OPERAÇÕES COM NÃO COOPERADOS	
Ingressos de Atos com Não Cooperados	3.364.369,78
Dispêndios Diretos de Atos com Não Cooperados	2.425.034,11
Resultado Operacional Bruto de Atos com Não Cooperados	939.335,67
Proporcionalidade antes dos Dispêndios Gerais e Adm.	41,91%

DISPÊNDIOS/DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		
Dispêndios/Despesas Gerais e Administrativos		2.353.431,35
Proporcionalidade Dispêndios Gerais e Adm. Atos com Cooperados	58,09%	1.367.193,69
Proporcionalidade Despesas Gerais e Adm. Atos com Não Cooperados	41,91%	986.237,66
RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE ATOS COM COOPERADOS		
Ingressos de Atos com Cooperados		30.053.245,12
Dispêndios Diretos de Atos com Cooperados		28.751.070,34
Dispêndios/Despesas Gerais e Administrativos com Cooperados		1.367.193,69
Resultado Líquido das Operações com Cooperados		(65.018,91)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE ATOS COM NÃO COOPERADOS		
Ingressos de Atos com Não Cooperados		3.364.369,78
Dispêndios Diretos de Atos com Não Cooperados		2.425.034,11
Despesas Gerais e Adm. Com Não Cooperados		986.237,66
Resultado Líquido das Operações com Não Cooperados		(46.901,99)

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Prezados senhores
Administradores e associados
Cooperfarms – Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia
Luis Eduardo Magalhães / BA

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperfarms – Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações das sobras (perdas), das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossos trabalhos de assecuração, conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

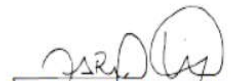
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperfarms – Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia**, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho das suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Outros assuntos


Conforme acordo contratual, a Cooperativa responde solidariamente pelos os débitos relativos a aquisição de insumos agrícolas para cooperados junto a CCAB Agro. Até o encerramento deste exercício, havia um montante de US\$ 1.207 mil de débitos da safra 2014/15 em processo de negociação direta entre a fornecedora e cooperados, para os quais a administração julga não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas, dado o histórico de relacionamento entre todas as partes envolvidas e o modelo de negócios adotado na Cooperativa.

Cuiabá/MT, 24 de março de 2016.

Prado Suzuki & Associados S/S
CRC-MT 000214/O



Dario Suzuki, Contador
CRC-MT 6444/O-7



Agnaldo Canhete da Silva
CRC-MT 5498/O-3

27. PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER ANUAL DO CONSELHO FISCAL DA COOPERFARMS - COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DA BAHIA CNPJ: 10.333.574/0001-35 NIRE 29400035884, endereço a Av. Luís Eduardo Magalhães, 2391, Bairro Jardim das Acácias 3ª Etapa na cidade de Luís Eduardo Magalhães – BA – 47.850-000.

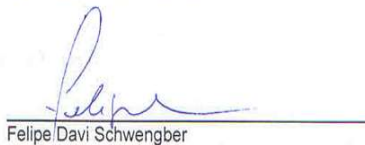
PARECER ANUAL DO CONSELHO FISCAL

Nós membros do Conselho Fiscal da COOPERFARMS – Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia, em cumprimento ao que determina o artigo 32 letra “a” do Estatuto Social, examinamos o Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas do Conselho Administrativo, atos do conselho de administração pertinente ao exercício, bem como os demais movimentos, registros e documentos inerentes as funções do conselho fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, sendo assim somos de parecer que as referidas Demonstrações Contábeis representam a posição financeira e patrimonial da Cooperativa em 31 de dezembro de 2015, merecendo assim nossa recomendação favorável à Assembléia Geral para a sua aprovação.

Luís Eduardo Magalhães, 24 de Março de 2016.


Rudelvi Senair Bombarda


Celito Eduardo Breda


Felipe Davi Schwengber